

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SAÚDE - CAMINHOS PARA UMA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL HUMANISTA

Data de aceite: 02/05/2025

Henrique Martins

Médico Internista e Professor Universitário

Com o envelhecimento da população, a rápida evolução tecnológica e a produção intensiva de conhecimento, torna-se imperativo reformular os sistemas de saúde de modo a torná-los mais equitativos, seguros, eficazes, centrados no doente, oportunos e eficientes. Neste cenário, a saúde digital emerge como um instrumento estratégico, permitindo não apenas melhorar o acesso e a qualidade dos cuidados, mas também fomentar uma participação ativa dos cidadãos na gestão da sua própria saúde.

A saúde digital deve assentar em princípios como a inclusão digital, a prestação de serviços minimamente intrusivos, a confiança nas soluções digitais clínicas (incluindo aplicações móveis e terapêuticas digitais), bem como na criação de uma economia baseada em dados de saúde. Estes dados – considerados o novo “ouro” – devem ser tratados de forma

aberta, interoperável e ética, respeitando os direitos individuais e promovendo uma abordagem centrada no cidadão.

A Inteligência Artificial, enquanto área da ciência e da engenharia dedicada à replicação da inteligência humana em máquinas, tem vindo a demonstrar um potencial considerável em diversas áreas clínicas. As suas aplicações vão desde o apoio ao diagnóstico, como é o caso da deteção precoce de neoplasias (pele, mama, estômago, cólon), até à personalização de tratamentos e terapias digitais, com evidência científica que demonstra a sua eficácia em áreas como a saúde mental, dor crónica, diabetes e doenças respiratórias.

O conceito de “paciente digital” introduz uma nova forma de interação entre o indivíduo e o sistema de saúde, onde o corpo, a mente e os dados são integrados através de dispositivos tecnológicos e plataformas digitais. Nesse paradigma, a pessoa passa a ser um agente ativo na prevenção, diagnóstico e monitorização da sua saúde.

Contudo, a adoção da IA na saúde exige um enquadramento ético e deontológico forte. A tecnologia deve ser explicável, não discriminatória e sempre orientada para complementar, e não substituir, a relação humana em saúde. O cidadão deve ser informado sobre o funcionamento e os limites da saúde digital, poder aceder e gerir os seus dados pessoais com transparência e simplicidade, e contar com apoio humano sempre que necessário.

No que se refere aos profissionais de saúde, destaca-se a necessidade de uma nova geração de “profissionais digitais” – os chamados KIWIs (Knowledgeable, Intelligent, Wise, Interoperable). Estes deverão possuir competências técnicas e éticas para trabalhar em equipas multidisciplinares, com recurso a dados massivos e tecnologias emergentes, mantendo uma prática clínica centrada na dignidade e bem-estar da pessoa.

Finalmente, são apresentadas iniciativas europeias que visam sustentar esta transformação, como o **Espaço Europeu de Dados de Saúde (EHDS)** e o projeto **XiA – Xpanding Innovative Alliance**, focado na capacitação de profissionais e organizações para a interoperabilidade digital avançada.

Desta forma, é necessário que haja uma reflexão sobre o equilíbrio entre inovação tecnológica e valores humanistas, defendendo uma transformação digital da saúde que seja ética, inclusiva, sustentável e centrada no cidadão.